

Os desafios da reconfiguração das redações para os meios de regulação mediática

João Miranda

joaomsantomiranda@gmail.com

University of Coimbra, Portugal

I. Introdução

O caminho dos jornalistas para a construção de uma identidade profissional, mais do que um processo paradoxal, apresenta-se como uma realidade paralela, onde a institucionalização de um ofício, a afirmação de um conjunto de normas e regras, e a construção de um saber contrasta com a denegação deste mesmo pressuposto através da evolução tecnológica, das imposições do mercado ou de uma progressiva fragilização da própria unidade corporativa. Ancorado num ideário romântico e a uma ideologia perene, ao mesmo tempo, o jornalismo reinventa-se continuamente, explorando novas possibilidades, novos formatos e novas tecnologias.

Dentro desta conjuntura complexa, os jornalistas gerem um exercício entre a reação e a transigência aos diferentes processos de mutação laboral, onde os diferentes mecanismos ao seu dispor, e por eles fundados, agem simultaneamente como obstáculo a estas transformações, ao mesmo tempo que se encontram a elas subordinados.

Tomando este paradigma, esta análise debruça-se sobre o processo de profissionalização dos jornalistas portugueses, em paralelo com as diferentes tendências socioprofissionais que se encontram inerentes – das quais se destacam os processos de desprofissionalização, proletarização e precarização –, ao mesmo tempo que procura exemplificar os seus efeitos sobre as práticas de ética e deontologia e subsequentemente, as consequências sobre a natureza do produto informativo. Estipulando o pensamento normativo e os mecanismos de regulação como entrave ao avanço dos efeitos negativos das mutações sociais laborais e sociais do campo mediáticos, pretende-se também demonstrar como estes instrumentos acabam reféns destes efeitos. Tomando o Conselho de Redação como exemplo, é finalmente objeto desta análise propor novos caminhos para a regulação da comunicação.

II. Modelo Pluralista Polarizado

Na sua abordagem comparativa aos diferentes sistemas mediáticos e políticos da Europa e América do Norte, Daniel Hallin e Paolo Mancini (2010) desenvolveram uma reflexão aprofundada sobre o processo de desenvolvimento do paradigma jornalístico do Modelo Pluralista Polarizado – onde se inclui Portugal –, no que concerne à evolução da estrutura dos *media*, e a sua ligação aos diferentes setores da sociedade, bem como no que diz respeito ao panorama socioprofissional do jornalismo. Desta forma, os autores fazem notar que, resultado sobretudo de um desenvolvimento tardio das instituições liberais e democráticas, Portugal apresenta-se como um sistema onde persiste uma fraca dinamização e circulação da imprensa – relativamente a outros meios, como a televisão – e uma forte orientação da comunicação política – enfraquecida, porém, após os processos de privatização dos anos 80. Neste cenário, o Estado sempre se assumiu como um ator bastante presente quer como financiador, regulador ou proprietário.

Estas características ajudam, no entender de Hallin e Mancini (*idem*), a esclarecer o baixo nível de profissionalização dos jornalistas nos países pluralistas polarizados. Isto é, consequência de um contexto onde predominam as pequenas tiragens e uma forte intervenção estatal, a profissionalização dos jornalistas desenvolveu-se morosamente e de forma incompleta, regulada determinantemente pelas instituições estatais, e onde as organizações inerentes à ocupação não possuem uma expressão institucional efetiva. Este fraco desenvolvimento de uma autorregulação profissional e um acordo limitado relativamente aos padrões jornalísticos, aliado ao que Traquina (*Apud* Hallin & Mancini, 2010) refere como uma “desregulação selvagem” da política mediática portuguesa, conduziu a uma conjuntura em que fica patente um conflito constante entre a busca pela autonomia jornalística e a sua instrumentalização pelos diversos sectores.

III. Tendências socioprofissionais do jornalismo

Conquanto Halin e Mancini desvendem já, na sua análise, traços de uma profissionalização tardia e irregular dos jornalistas, importa desenvolver esta perspetiva sobre o sentido da própria definição de profissão e como o jornalismo se enquadra nela. Apartada das definições mais comuns que inscrevem a profissão numa atividade extrínseca ao plano do ofício assalariado – perspetiva enraizada na conceção de Durkheim em “Sobre a Divisão do Trabalho Social”, a tipologia de Harold Wilensky (*Apud* Rodrigues, 2002) continua ainda hoje a ser reiterada como estrutura aferidora do grau de profissionalização de uma ocupação. Ainda que assumindo-se como um esquema de carácter essencialmente funcionalista, esta estrutura encerra a vantagem de incorporar pressupostos da corrente

interacionista, caracterizando assim o sistema de profissionalização como um processo dinâmico, e não uma norma natural.

Entrecruzando fatores de âmbito cognitivo, moral e organizacional, Wilensky (*idem*) re-parte assim em seis níveis distintos este processo de afirmação de um ofício enquanto profissão: usufruir de uma formação científica e especializada; possuir organizações profissionais que giram os conflitos internos e externos; assegurar a aplicação de regras definidas internamente; possuir um monopólio legal da atividade; asseverar a proteção do monopólio legal da atividade; e creditar um código deontológico.

Uma leitura sobre o percurso da afirmação do jornalismo português enquanto profissão permite perceber como não foi capaz de percorrer todos estes pressupostos: não possui um controle sobre o monopólio legal da atividade, não se define (como se verá adiante) exclusivamente como uma ocupação a tempo inteiro ou ainda a indeterminação que permanece sobre a existência de um saber próprio. Em suma, é para o que Denis Ruellan (1994) adverte quando identifica que hoje os jornalistas são efetivamente reconhecidos como profissionais, persistindo, ainda assim, dúvidas sobre a legitimidade das suas conquistas.

Assim, o jornalismo poderá ser circunscrito, à luz da sociologia funcionalista, à categoria de uma “semi-profissão”, isto é, uma atividade que apenas cumpre alguns dos parâmetros estabelecidos (Rodrigues. 2002).

Não obstante esta classificação, esta realidade não implica que não se encontrem no cerne da atividade jornalística uma série de transformações sociais características dos sistemas profissionais.

Em ‘Deprofessionalization: An alternate hypothesis for the future’, Marie Haug (1973) desenvolve a discussão em torno da existência de um fenómeno de desprofissionalização nos diferentes ofícios, processo que encontra a sua origem na perda do monopólio legal da atividade, na cessação do seu carácter autónomico e no fim da crença pública na natureza do seu serviço. Haug determina que este fenómeno se desenvolve a partir da combinação de diferentes determinantes: o progresso da tecnologia simplifica o acesso ao conhecimento; se este factor se revela determinante na renovação dos saberes, ao mesmo tempo permeabiliza o acesso à ocupação por pessoas sem formação específica; a especialização profissional, que proporciona a fragmentação dos grupos profissionais; a crítica do público ao elitismo e mercantilização dos grupos profissionais; e o subsequente interesse público na participação nas decisões dos profissionais e crescente questionamento sobre o seu trabalho.

Os fatores enunciados por Haug encontram-se bem inveterados na realidade profissional do jornalismo português. O advento da internet e a massificação dos meios digitais democratizados geraram um novo paradigma onde o consumidor passa a assumir um papel de produtor e coprodutor da informação jornalística. Esta tendência verifica-se com

a entrada da sociedade na concepção e produção noticiosa, mas também na sua introdução nas lógicas do trabalho dos jornalistas – através de comentários, sugestões, entre outros (Gilmor, 2005). Verifica-se ainda na proliferação das experiências de jornalismo cidadão (Canavilhas & Rodrigues, 2012).

A introdução do público na concepção noticiosa e a abdicação por parte do jornalista relativamente à sua autonomia produtiva encontra-se bem patente nas novas dinâmicas de informação, que conduziram a uma inversão das lógicas dos padrões de exigência dos consumidores. A título de exemplo, Ignacio Ramonet (2011a) ressalva a massificação dos serviços de ‘demand media’.

Esta desintegração da identidade profissional do jornalista reflete-se ainda, como adverte Sara Meireles (2011), na introdução de novos atores na redação – como o designer, o publicitário, ou o “tecnólogo” –, com quem o jornalista passa a partilhar, não só o seu estatuto, mas também as suas funções.

Finalmente, os próprios movimentos de privatização e concentração empresarial do setor mediático, originaram novas lógicas de trabalho, onde as exigências económicas e lucrativas dos investidores são privilegiadas relativamente aos padrões de independência e autonomia.

Não devendo ser confundido com o processo de desprofissionalização, mas estando contudo intimamente interrelacionado com ele, surge o fenómeno da proletarização dos profissionais. Tese originalmente proposta por Martin Oppenheimer (*Apud* Rodrigues, 2002), argumenta que a evolução dos meios tecnológicos e a alteração do contexto laboral – sobretudo das condições de trabalho – geram um novo cânone onde aos profissionais são retirados os seus privilégios, aproximando-se, no campo das atitudes e valores, da esfera operária. Isto significa que os profissionais veem a natureza completa do seu labor – o seu posto de trabalho, o processo de produção ou a essência do produto – determinadas por instâncias exteriores e adequadas a uma lógica de divisão de trabalho. Em suma, os profissionais tornam-se assalariados e começam a enquadrar-se em organizações. Esta é, de resto, uma tendência patente tanto nas profissões plenas, como nas “semi-profissões” – concerne aqui referir que estes processos também ocorreram no decurso da história do jornalismo. Charles Derber (1982) sintetiza as consequências deste processo, ou os eixos distintos, no entanto complementares, em que este processo ocorre: a proletarização técnica, onde os profissionais perdem o controlo sobre o processo de trabalho e este passa a ser definido e racionalizado por estruturas diretivas, e, conseqüentemente, a proletarização ideológica, onde os profissionais abdicam dos seus valores e da relação inerente com a sociedade, isto é, perdem o controlo sobre o fim social do seu trabalho e do produto decorrente.

Evidentemente, e tal como notam Fernando Correia (1997) e Joaquim Fidalgo (2007), contrariamente às profissões estabelecidas ou liberais, os jornalistas sempre operaram, desde a autonomização da sua ocupação, numa relação assalariada e dependentes de

uma estrutura hierárquica. Desta forma, a sua atividade sempre se ordenou numa lógica proletária. Porém, mais uma vez, decorrente sobretudo do seu enquadramento organizacional, manifestam-se evidentes lógicas próximas dos efeitos de proletarização, já aqui discutidos, no jornalismo português. Efeitos que encontram a sua origem nos esforços administrativos e burocráticos para melhorar o controlo sobre a produção, que se encontram espelhados, desde logo, na convergência de trabalho multiplataforma num só jornalista (Gradim, 2002), onde o repórter passa a assumir a tarefa de produzir e editar conteúdos para os diferentes meios do grupo. Não desligado deste efeito surge ainda o perigo da limitação ao direito autoral, procedente dos pressupostos no novo Estatuto do Jornalista (Lei n.º 1/99, de 13 de janeiro, e respetivas alterações, introduzidas pela Lei n.º 64/2007, de 6 de novembro) (Sindicato dos Jornalistas, 2005; 2011c). Por fim, resultam ainda na perda do controlo sobre o processo produtivo, os diferentes exemplos já aqui enunciados de ingerência de terceiros na construção noticiosa.

Um último processo, que vem assumindo uma preponderância exponencial no campo mediático, prende-se com a precarização do trabalho jornalístico. Esta tendência é observável na crescente instabilidade do vínculo laboral e alteração da relação salarial (Sindicato dos Jornalistas, 2003). Dentro deste processo de transformação das lógicas do vínculo, sobressaem ainda um aumento do recurso ao trabalho gratuito (Ramonet, 2011a), uma reprodução das situações de “falsos recibos verdes” (Pacheco, J., 2012) e uma proliferação de falsos *freelancers* (Nies & Pedersini, 2003; Sindicato dos Jornalistas, 2011a; 2011b), sendo este último também uma marca da desprofissionalização.

Sobre as tendências já aqui discutidas, torna-se interessante recuperar exemplos dos resultados do II Inquérito aos Jornalistas Portugueses (Garcia, 1997), onde já então uma margem relevante de relevante de 18,4% dos inquiridos admitia possuir um contrato laboral próximo de lógicas de precariedade – isto é, vínculos contratuais que não o contrato de trabalho por tempo indeterminado. Ao mesmo tempo, denota-se ainda uma margem relevante de baixos índices salariais.

Já um inquérito realizado em 2012, entre os jornalistas das redações centrais dos principais diários nacionais e periódicos de Coimbra, demonstra um maior número de contratualizações próximas de lógicas de precariedade, afetando 46,1% dos inquiridos. Sobre estes dados importa referir uma correspondência evidente entre a estabilidade do vínculo laboral e a os índices de remuneração salarial, corroborada por uma correlação entre as duas variáveis (Miranda, 2012).

No que concerne às tendências de proletarização e desprofissionalização já aqui debatidas, os dados são mais animadores, revelando contudo uma margem residual de preocupação.

A título de exemplo, denota-se que 46,1% dos respondentes afirma ver os artigos que produz assinados “muitas vezes”, e 31,6% dos inquiridos declara que nas peças que desenvolve a autoria é sempre identificada. Permanece, porém, inquietante que 67,3% não veja este procedimento ocorrer para cada uma das matérias que trata (*idem*).

Relativamente às problemáticas da exclusividade da ocupação a tempo inteiro e da convergência de meios num só jornalista, releva-se o facto de 72,4% dos inquiridos declarar desenvolver funções para as quais não está contratualizado, 98,2% destes sem remuneração suplementar. Ao mesmo tempo, 24,7% dos respondentes admite que realiza atividade noutros órgãos da empresa, todos sem remuneração suplementar (*idem*).

IV. Impacto das tendências socioprofissionais sobre as expectativas e atitudes dos jornalistas

Evidenciada a natureza destas transformações no sistema produtivo mediático, importa compreender de que forma este paradigma se reflete na relação da qualidade do produto informativo e nas expectativas e atitudes dos jornalistas.

Manifesta-se clara uma alteração da natureza do produto informativo numa conjuntura onde se destaca a diminuição do peso decisório e deliberativo dos jornalistas, ante o que já se observou ser a entrada de novos atores na redação. Interligada com esta questão ressalva-se também a imiscuição do público na produção jornalística e o advento do jornalismo do cidadão. Em suma, estas disposições resultam no que Ramonet (2011b: 22) designa como um “triunfo do amador”, isto é, o fim do monopólio da informação por parte dos jornalistas origina uma nova conjuntura em que, mais do que se colocar em risco a identidade e o profissionalismo dos jornalistas, gera situações em que os textos leigos se confundem, aos olhos do público, com textos profissionais. Esta situação prolifera num contexto em que estes amadores não se encontram afetos a qualquer ideologia ética e deontológica, não possuem qualquer sistema de regulação e onde a comunicação digital espera ainda por uma legislação e normas específicas.

Também as crescentes condições de precariedade já observadas, como o vínculo instável ou o recurso a trabalho gratuito, colocam enormes pressões sobre os jornalistas. Esta situação reflete-se sobretudo quando a tendência patenteada demonstra um gradual desapareço pelas cláusulas dos contratos coletivos de trabalho, um crescimento exponencial da adoção de contratos a termo e recibos verdes, aumento das situações de despedimento coletivo, e um recurso comum à substituição de redações contratadas por estudantes de jornalismo e estagiários não remunerados (Sindicato dos Jornalistas, 2003; 2011a; 2011b). Se os primeiros fatores já foram sumariamente desenvolvidos anteriormente, esta propensão para a permuta de redações por jovens não remunerados exige uma reflexão mais aprofundada. Fenómeno patente nas múltiplas ofertas de emprego que abundam, denota-se um incremento das situações de aproveitamento de estágios não remunerados em sistema de rotatividade contínua (Pacheco, L., 2012), onde, mais do que sustentar ou desenvolver tarefas dos jornalistas contratados, se coloca a questão da substituição dos próprios jornalistas entretanto demitidos.

Obviamente, esta tendência expressa o jornalismo como um campo onde a procura de emprego excede a oferta. Contudo, este novo paradigma demonstra uma lógica muito mais perniciosa, da existência de um efetivo 'exército industrial de reserva' (Marx, 1975) composto por finalistas e recém-licenciados dos diferentes cursos de comunicação, e jovens desempregados, ansiosos por integrar uma redação, muitas vezes sujeitos, como desenvolve Fidalgo (2007), a condições laborais básicas. Seguindo este mesmo pensamento, compreende-se ainda que do lado dos jornalistas contratados emane uma certa subjugação a novos padrões de produção, perante a possibilidade de enquadrar os quadros permutados.

Esta proliferação de estágios da mais variada tipologia levanta ainda uma problemática no que concerne ao cumprimento dos preceitos éticos e deontológicos, e à qualidade da informação. A falta de estratégias no envolvimento dos estagiários, que se verifica desde logo no acesso às redações, que se desenvolve sem um sistema de regras ou mecanismos, cabendo a responsabilidade de seleção a decisões empresariais, culmina muitas vezes, como adverte Meireles (2007), em situações de exercício do jornalismo sem o acompanhamento, revisão e regulação necessários dos responsáveis editoriais.

Profundamente enraizada nas lógicas da proletarização do ofício jornalístico, surge também a problemática da mutação das rotinas produtivas. Métodos convencionados de trabalho, são estes processos produtivos que conferem ao jornalista a capacidade de assegurar a concretização das suas tarefas, enquanto garantem também, dentro de um pensamento cronometrado do trabalho, o controlo da qualidade do produto e o cumprimento dos preceitos éticos e deontológicos (Traquina, 1988). De facto, mais do que uma noção inerente à construção da identidade jornalística, esta ideologia advém na sua essência dos ditames das condições de mercado, ou seja a concorrência (Schlesinger, 1999). Desta forma, afigura-se natural que qualquer alteração no campo administrativo do processo de produção reflita mutações no decorrer deste exercício. Perante os sucessivos cortes de financiamento, redução do corpo redatorial e a subsequente sobrecarga dos jornalistas, indicia-se então uma transformação das rotinas. Transformação que se reflete numa concretização de um modelo taylorista de trabalho, onde os conceitos de verificação e validação da informação se vêm substituídos por uma lógica de produção massiva e instantânea (Ramonet, 1999). Na prática, estes novos modelos correspondem assim à ideia, proposta por Erik Neveu (2001), de "jornalismo sentado", onde o repórter abandona a conduta de contactar diretamente com o acontecimento, em prol de um jornalismo burocratizado, desenvolvido através do tratamento de comunicados, informação de agência noticiosa ou contacto com fontes acessíveis. Christians *et al.* (1998) levantam vários exemplos de como esta abdicação dos juízos morais para um segundo plano, ante a necessidade de uma produção contínua e massiva, resultam numa diminuição da qualidade do produto e, numa última análise, no descrédito da própria informação.

Estes exemplos ajudarão a compreender de que forma os vários processos de transformação laboral, bem como as políticas de convergência, concentração e constrição orçamental nas empresas mediáticas, se refletem nas expectativas e atitudes dos jornalistas e na natureza do material noticioso. Concluindo, fica claro que estas práticas conduzem a uma uniformização e standardização, não só do conteúdo informativo, como também do pensamento e conduta dos jornalistas (Edo, 1994).

Recuperando novamente os resultados do inquérito de 2002, verifica-se, relativamente à problemática das lógicas do ‘exército industrial de reserva’ e à profusão do recurso a estágios não remunerados, que 43,2% dos inquiridos admitiu já ter enveredado por esta tipologia de trabalho. 30% destes realizaram-no com a perspectiva de vir a integrar os quadros da empresa (Miranda, 2012).

Já no que concerne a questão das rotinas produtivas, os resultados corroboram a discussão aqui desenvolvida. Como exemplo, 9,5% dos inquiridos declara “nunca” contactar directamente com as fontes. Mais condicente com as lógicas enunciadas por Neveu e Christians, 32,9% dos respondentes constata recorrer unicamente “muitas vezes” ou “frequentemente” a comunicados ou notas de imprensa na elaboração de um artigo. No mesmo sentido, 34,2% dos jornalistas refere “nunca” ou “raramente” abandonar a redação em reportagem. Relativamente à questão da acumulação de trabalho, apenas 8,1% dos respondentes refere realizar somente um artigo por edição, enquanto 21,6% diz produzir entre 6 e 10 artigos (*idem*).

Se os dados relativos aos efeitos que o novo contexto socioprofissional do jornalismo assumem sobre as rotinas produtivas são elucidativos de uma correlação aparente, esta ligação torna-se ainda mais evidente quando se aborda a questão das expectativas e atitudes dos jornalistas. Novamente a título de exemplo, do total de jornalistas inquiridos, apenas 50,7% acredita cumprir “sempre” os preceitos éticos e deontológicos no tratamento das matérias. No que refere à liberdade, somente 29,3% dos respondentes “concorda totalmente” em possuir liberdade na redação dos artigos, ainda que 44% “concorde” com a premissa. Mais explícito sobre a relação entre o contexto profissional e as atitudes dos repórteres, verifica-se que 32,4% da amostra “concorda” que a sua situação laboral afeta o desempenho do seu trabalho, indicador antagónico, contudo, com os 70,3% dos inquiridos que “discordam totalmente” que a sua situação laboral seja prejudicial para o cumprimento dos preceitos éticos e deontológicos (*idem*).

V. O papel da regulação

Não obstante a realidade complexa e multifacetada onde estes processos se desenvolvem, estes exemplos colocam em evidência como a conjuntura socioeconómica presente dos media, mas também e mais concretamente o contexto socioprofissional do jornalismo, produzem implicações sobre o cumprimento dos preceitos éticos e deontológicos, e, em última análise, sobre a qualidade do produto informativo.

Dentro deste cenário, o pensamento normativo, onde se destaca o esforço regulador dos diversos sistemas de auto, co e heterorregulação da comunicação, desenvolve um papel fundamental como barreira a uma reconfiguração hostil do ambiente de liberdade e autonomia do exercício do jornalismo. Conforme confere Bertrand (2000), o irreversível trilho tomado pela história dos *media* conduziu a uma mediatização do espaço público que originou por si a necessidade da geração de mecanismos capazes de garantir o respeito pela deontologia, mas também, manter a confiança do público, defender a respetiva liberdade contra as ameaças dos poderes constituídos e do mercado. Esta noção encontra-se, de resto, bem evidente na análise dos mais diversos autores que se debruçam sobre a matéria. Assim, a regulação apresenta-se como garante da proteção da qualidade do produto informativo e do seu propósito social (Camponez, 2009), contrariando assim as tendências de proletarização ideológica acima discutidas, como garantia da proteção da liberdade e autonomia dos jornalistas no decorrer do seu trabalho (Bertrand, 1999), criando barreiras às lógicas de proletarização técnica desenvolvidas por Derber e evidenciadas pelos diferentes exemplos, ou mesmo, indicia Ernesto Villanueva (2002), como meio protetor das garantias e das condições sociolaborais dos jornalistas.

Embora seja, portanto, reconhecido o papel dos sistemas de regulação como mecanismo de obstáculo aos efeitos negativos das múltiplas transformações sociais e laborais do campo mediático, ao mesmo tempo, numa relação dialética, verifica-se que estes instrumentos acabam por se encontrar reféns do próprio contexto socioeconómico do jornalismo. Desde logo, é no cerne do processo irregular da profissionalização dos jornalistas, de onde deriva, como argumentam Haug e Derber, uma quebra na relação profissional com o público, que surge um fechamento corporativo na discussão sobre a regulação do jornalismo e uma decorrente fraca imposição institucional. Uma preposição presente ainda nos efeitos que a fragilização profissional desenvolve na adesão e participação nas múltiplas instâncias internas da profissão, isto é, um relativo abandono das estruturas normativas (Correia, 2011). Perante este cenário, verifica-se uma imposição normativa e de poder dos órgãos de heterorregulação sobre os modelos de autorregulação. Uma injunção que, explicita Estrela Serrano (2007), é encarada com receio e, numa postura mais radical, aversão pelos jornalistas, que argumentam os progressos da autorregulação como alternativa a um controle de terceiros. Neste sentido, também Alfredo Maia (2007) relembra a exclusão dos próprios jornalistas do processo de criação e governo dos mecanismos de heterorregulação entretanto desenvolvidos.

Paralelamente à realidade já aqui debatida, a existência de uma propensão presente de um maior controlo do processo produtivo por parte das administrações e de uma diminuição do poder deliberativo dos jornalistas, Bertrand (2000), assim como Correia (2011), advertem para uma tentação por parte destas mesmas administrações de tomarem parte da regulação, sobretudo da regulação a cargo dos próprios jornalistas, no sentido de controlar e fundamentar as transformações nos modelos de produção.

Finalmente, e mais premente, coloca-se a problemática da incapacidade dos diferentes mecanismos normativos acompanharem as tendências aqui discutidas. A par de uma juvenilização das redações, com vínculos precários e uma duração de permanência nas redações reduzida, cuja disponibilidade e tempo para aderir aos mecanismos de autorregulação se vê estrangida, soma-se uma inaptidão dos próprios mecanismos de heterorregulação conseguirem abranger todos os jornalistas no seu sistema. Sobre esta questão, saliente-se como exemplo a adesão ao título profissional. Conquanto, o estipulado no artigo 5º do Estatuto do Jornalista (Lei n.º 1/99, de 13 de janeiro, e respetivas alterações, introduzidas pela Lei nº 64/2007, de 6 de novembro) obrigar à detenção de título profissional para o exercício do jornalismo, várias são as situações em que esta regra não ocorre. De facto, no inquérito realizado em 2012 – salientando que só foram alvo de inquérito os jornalistas a desenvolver atividade nas redações centrais dos periódicos – 6,4% dos inquiridos declararam não possuir título profissional. Deste grupo, 50% justificou o motivo com o facto de a situação profissional não o permitir, 33,3% admitiu não encontrar relevância em deter a carteira de jornalista e apenas 16,4% apontou ter o processo de pedido do título a decorrer (Miranda, 2012). Ainda que se estabeleça numa margem reduzida, este indicador de jornalistas sem título profissional consubstancia-se num número relevante no sentido de compreender a inabilidade dos processos normativos serem capazes de assegurar um acompanhamento e participação de todos os repórteres. Ao mesmo tempo, os motivos indicados são demonstrativos de como progressivamente, tal como nos outros exemplos assinalados, as transformações do contexto socioeconómico do jornalismo, e dentro dele a conjuntura profissional, se verte numa barreira ao papel e ação dos mecanismos de regulação.

Assim, fica clara uma necessidade de reformulação da estrutura e ação destes mecanismos e do próprio pensamento normativo da comunicação. Concetualização que dependerá obrigatoriamente, como indicia Benoît Grevisse (1998), de uma expressão concertada entre hetero e autorregulação, sob pena de perpetuar o confronto entre as duas perspetivas, num campo de representações corporativas.

Isto significa, portanto, a necessidade do fortalecimento da relevância institucional da autorregulação. Uma perspetiva que se assume lógica, relativamente às consequências das transformações aqui discutidas, no campo das vantagens que a regulação inerente à classe assume, isto é, o de fornecer aos profissionais as ferramentas que lhes garantam (ou poderão garantir) a independência necessária, relativamente às diferentes pressões, para a persecução do seu trabalho, harmonizando assim o binómio liberdade/responsabilidade (Camps, 2004; Aznar 2000), e garantindo o cumprimento da função social do jornalismo e dos preceitos da responsabilidade social (McQuail, 2005). Fica, porém, também evidente que qualquer solução dependerá da concertação, mais ou menos harmonizada, dos jornalistas. Em última análise, serão estas ferramentas capazes de consensualizar procedimentos e princípios acerca de atividades e decisões profissionais.

VI. O exemplo do Conselho de Redação

Embora persista uma baixa profusão de estudos relativamente aos conselhos de redação, como instrumento normativo do jornalismo português, destaca-se aqui este instrumento de regulação no sentido em que assume uma singularidade no espaço europeu, mas, sobretudo, pela maior proximidade à redação que atinge e pelo grau de participação que invoca.

Muito sumariamente, os conselhos de redação definem-se como organismos de regulação internos ao corpo redatorial de cada órgão de comunicação, abertos à participação de todos os jornalistas do meio, cuja existência é reconhecida em vários quadrantes da legislação portuguesa (Leitão, 2012).

Tal como se verificou já relativamente a outros organismos de autorregulação, também os conselhos de redação tendem a assumir uma importância cada vez mais reduzida no quadro da regulação da comunicação portuguesa. A obrigatoriedade da sua existência – em meios de comunicação com mais de cinco jornalistas – foi eliminada com a revisão do Estatuto do Jornalista, extinguiu-se o seu carácter deliberativo relativamente à nomeação do diretor e tendem gradualmente a perder o seu poder ponderativo na relação entre as chefias editoriais, a administração e a redação (*idem*). Contudo, a grande marca da perda de relevância destes mecanismos manifesta-se, de facto na expressão, numérica que assumem. Em 2011, o boletim do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas (César, 2011) indicava que em 195 casos possíveis de organização, apenas quinze meios de comunicação possuíam conselho de redação. Também o inquérito realizado em 2012 demonstra que dos inquiridos a desenvolver atividade em órgãos passíveis de eleger um conselho de redação, 48% não eram abrangidos por este organismo (Miranda, 2012).

Já relativamente aos que possuíam um conselho de redação, manifesta-se uma indiferença sobre o seu papel – de 28,5% –, distribuindo-se equitativamente os restantes entre a concordância e discordância relativamente à relevância da sua atividade. Estes dados vêm corroborar os resultados do II Inquérito Nacional aos Jornalistas, onde 20% dos jornalistas apresentava o conselho de redação como “nada eficaz” e 36,7% como “pouco eficaz” (Garcia, 1997). Neste mesmo sentido, também os dados obtidos num inquérito promovido pelo OberCom (2010) aponta 36,7% dos respondentes a indicar o conselho de redação “como pouco eficaz” e 21,7% como “nada eficaz”.

Estes indicadores não devem contudo implicar um total descrédito por parte dos jornalistas relativamente aos conselhos de redação. Na verdade, verifica-se uma importância fundamental conferida pelos jornalistas a estes mecanismos de regulação.

No inquérito de opinião aos jornalistas sobre a figura do provedor do leitor, conduzido por Joaquim Fidalgo (2007), 63% dos inquiridos admitia o conselho de redação como uma instância de regulação “muito importante” – o mecanismo com maior percentagem relati-

vamente a esta opção – e 26% indicava-o como “importante” (Fidalgo, 2007). Também o inquérito promovido pela OberCom demonstra que uma larga maioria – de 79,2% – concorda com o reforço dos conselhos de redação – contra 8,5%, que discorda.

Finalmente, e conquanto já se discutiu ser a diminuição do peso institucional deste organismo, a sua atividade fica patente nos diferentes casos que conseguiu mediatizar, através da ameaça de demissão ou de ações concertadas com a restante redação, como se destacam as situações de conflito entre jornalistas e chefias editoriais no Público, em 2004 (TSF, 2004), ou na TVI, em 2013 (Correio da Manhã, 2013); a denúncia de casos de despedimento coletivo no Diário de Notícias, em 2009 (Público, 2009), ou no Público, em 2012 (Correio da Manhã, 2012); ou ainda o alerta para questões de pressões externas no Público (RTP, 2012).

VII. Caminhos para a regulação

Face ao que já se discutiu ser a realidade intrincada do sistema mediático do Modelo Pluralista Polarizado – e mais concretamente do contexto português –, o trilha irregular da profissionalização dos jornalistas, os diferentes processos de mutação social e laboral, os efeitos que produzem sobre o cumprimento dos preceitos éticos e deontológicos, e sobre a natureza da informação, e as vantagens e desvantagens dos diversos instrumentos de regulação da comunicação, conclui-se assim a necessidade de uma reflexão extensa sobre a estrutura e papel do modelo normativo do jornalismo português.

Esta reflexão, evidente no debate levantado por Alfredo Maia (2007), exige antes de tudo uma discussão aprofundada sobre os modelos de heterorregulação. Uma discussão onde os jornalistas, conhecedores das práticas profissionais e da realidade interna do processo de produção, terão inevitavelmente que possuir uma voz. Neste mesmo sentido, fica também implícita a necessidade dos jornalistas possuírem uma participação ativa nestes instrumentos, sobretudo no que confere aos mecanismos estatais.

Ao mesmo tempo, verifica-se ainda a urgência de um debate produtivo e pormenorizado, no seio do ofício jornalístico, sobre a problemática da autorregulação, onde se possa colocar em discussão a proposta de novos modelos ou, mais importante, o reforço dos existentes. Deve, porém, ficar claro que dependerá sempre de uma certa unanimidade profissional a ação e eficácia destes modelos. Como se observou relativamente ao exemplo do Conselho de Redação, importa também garantir, antes de mais, a possibilidade de todos os repórteres poderem participar e aderir a estes mecanismos para então serem criadas as condições para uma proximidade e participação plena dos jornalistas. No âmbito da ligação profissional à sociedade, interessa ainda desenvolver iniciativas públicas de discussão sobre os mecanismos de regulação interna do jornalismo (Aznar, 2005).

Conquanto já existam canais de comunicação entre diferentes instrumentos normativos, sobretudo no que diz respeito à emissão de pareceres, torna-se imperativo criar redes de articulação entre os diferentes mecanismos de regulação (*idem*).

VIII. Breves conclusões

A fragilização profissional e o caminho irregular da afirmação do jornalismo enquanto ofício instituído abriram portas para diferentes processos de transformação laboral, onde se destacam a desprofissionalização, proletarização e precarização. Para lá das consequências que operam na desfiguração da natureza da ocupação, onde se incluem a perda de autonomia e peso institucional dos repórteres, a mutação do contexto redatorial ou desfragmentação da unidade corporativa, estas tendências demonstram desenvolver um efeito na desvirtuação do ideário ético e deontológico inerente ao jornalismo e, numa última análise, uma transformação da natureza do conteúdo informativo.

Os mecanismos de regulação, embora sejam capazes de desenvolver através da sua atividade vigilante e institucional uma barreira ao avanço destas mutações, ao mesmo tempo acabam por ser afetados por eles, conferindo-lhes uma incapacidade de acompanhar as transformações em curso.

Fica assim evidente a necessidade de refletir aprofundadamente a reformulação da regulação mediática, segundo este novo cânone socioeconómico dos media. Reformulação que terá obrigatoriamente de incluir a participação dos jornalistas, bem como um reforço do papel institucional da autorregulação. Resulta, no entanto, também claro que qualquer solução dependerá de uma certa unanimidade dos jornalistas.

Referências

- Lei n.º 1/99, de 13 de janeiro, e respetivas alterações, introduzidas pela Lei n.º 64/2007, de 6 de novembro
- Aznar, H. (2000) 'Médios de Comunicación y Esfera Pública: El papel de la autorregulación', in Aznar, H., & Villanueva, E. (2000) *Deontología y Autorregulación Informativa: Ensayos desde una perspectiva comparadas*, Cidade do México: Tinta y voz, pp 139-168.
- Aznar, H. (2005) *Comunicação Responsável: A Auto-Regulação dos Media*, Porto: Porto Editora.
- Bertrand, C. (1999) *L'Arsenal de la Démocratie: Médias, Deontologie et M*A*R*S*, Paris: Economica.
- Bertrand, C. (2000) *A Deontologia dos Media*, Coimbra: MinervaCoimbra.
- Camponez, C. (2009) *Fundamentos de Deontologia do Jornalismo: A auto-regulação frustrada dos jornalistas portugueses*, Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Camps, V. (2004) 'Instituciones, agencias y mecanismos de supervisión mediática' in Connill, S., & González, V. (ed.) (2004) *Ética de los Medios – Una apuesta por la ciudadanía audiovisual*, Barcelona: Editorial Gedis, pp. 233-251.
- Canavilhas, J., & Rodrigues, C. (2012) 'O cidadão como produtor de informação: estudo de caso na imprensa online portuguesa', *OBS – Obercom*. 9-2: 269-283.
- César, O. (2011) 'Uma Proposição com 42 Anos: A qualificação do jornalismo e o "mecanismo interior"', *Observatório de Deontologia do Jornalismo*, 7: 2-6.
- Christians, Clifford et al. (1998) *Media Ethics: Cases and Moral Reasoning*, Nova Iorque: Longman.
- Correia, F. (1997) *Os Jornalistas e as Notícias: A autonomia jornalística em questão*, Lisboa: Caminho.
- Correia F. (2011) 'Os Jornalistas e os Conselhos de Redação', *Observatório de Deontologia do Jornalismo*, 7: 11-12.
- Correio da Manhã (2012) 'Público' elege para o Conselho de Redação cinco dos jornalistas despedidos', *Correio da Manhã*, 16 de novembro de 2012, <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/lazer/tv--media/publico-elege-para-conselho-de-redacao-cinco-dos-jornalistas-despedidos>. Página consultada a 31 de agosto de 2013.

- Derber, C. (1982) *Professionals as workers: Mental labor in advanced capitalism*, Boston: G. K. Hall.
- Edo, C. (1994) *La Crisis de la Prensa Diaria: La Línea Editorial y la Trayectoria de los Periódicos de Madrid*, Barcelona: Ariel.
- Fidalgo, J. (2007) *O Lugar da Ética e da Auto-Regulação na Identidade Profissional dos Jornalistas*, Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Garcia, J. L. (Org.) (1997) *Segundo Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses: Resumo das Principais Tendências*, Lisboa: Sindicato dos Jornalistas.
- Gillmor, D. (2005) *Nós os Media*, Lisboa: Editorial Presença.
- Gradim, A. (2002) 'Os géneros e a convergência: O jornalista multimédia do século XXI', *LabCom UBI*, <http://www.labcom.ubi.pt/agoranet/02/gradim-anabela-generos-convergencia.pdf>. Página consultada a 29 de agosto de 2013.
- Grevisse, B. (1998) 'Autorrégulation ou Déontologie? Les conditions d'un débat sur les pratiques journalistiques', *Recherches en Communication*, 9: 7-24.
- Hallin, D. C., & Mancini, P. (2010) *Sistemas de Media: Estudo comparativo. Três modelos de Comunicação e Política*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Haug, M. (1973) 'Deprofessionalisation: an alternative hypothesis for the future', *Sociological Review Monograph*, 20 :195-211.
- Leitão, O. (2012) *Cláusula de Consciência e Conselhos de Redação na Auto-regulação dos Jornalistas*, Tese de Mestrado em Comunicação, Media e Justiça, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Louçã, A. (2012) 'Conselho de Redação do "Público" acusa Relvas de pressões', *RTP*, 18 de maio de 2012, <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=555023&tm=9&layout=121&visual=49>. Página consultada a 31 de agosto de 2013.
- Maia, A. (2007) 'O imperativo da regulação participada', *Comunicação e Sociedade*, 11: 149-155.
- Marx, K. (1975) *Capital*, Mafra: Delfos.
- McQuail, D. (2003) *Teoria da Comunicação de Massas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Meireles, S. (2007) *Os Jornalistas Portugueses: Dos Problemas de Inserção aos Novos Dilemas Profissionais*. Coimbra, MinervaCoimbra.

- Meireles, S. (2011) 'As mutações do jornalismo profissional no novo ambiente dos mass media', ESECIPC. Página consultada a 29 de agosto de 2013 <http://www.bocc.ubi.pt/pag/graca-sara-mutacoes-jornalismo-profissional-novo-ambiente-mass-media.pdf>.
- Miranda, J. (2012) *Os efeitos do novo paradigma socioprofissional do jornalismo sobre as práticas de ética e deontologia*, Tese de mestrado em Comunicação e Jornalismo. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Neveu, E. (2001) *Sociologie du Journalisme*, Paris: La Découverte
- Nies, G., & Pedersini, R. (2003) *Les Journalistes Free-Lances dans l'Industrie Médiaque Européenne*, FEJ/Commission Européenne, outubro.
- OberCom (2010) *Desafios do Jornalismo*, Lisboa: OberCom.
- Oliveira, T. (2013) 'Redação da TVI enfrenta Judite', *Correio da Manhã*, 17 de março de 2013, <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/lazer/tv--media/redacao-da-tvi-enfrenta-judite>. Página consultada a 31 de agosto de 2013.
- Pacheco, J. (2012) 'Vamos Brincar aos Jornais' in Matos, J., & Domingos N. (2012) *Novos Proletários*, Lisboa: Edições 70, pp. 101-108.
- Pacheco, L. (2012) 'Jovens Jornalistas: Entre sonho e desesperança' in Matos, J., & Domingos N. (2012) *Novos Proletários*, Lisboa: Edições 70, pp. 109-122.
- Público (2009) 'Conselho de redacção do DN lamenta despedimento colectivo', *Público*, 15 de janeiro de 2009, <http://www.publico.pt/media/noticia/conselho-de-redacao-do-dn-lamenta-despedimento-colectivo-1356247>. Página consultada a 31 de agosto de 2013.
- Ramonet, I. (1999) *A Tirania da Comunicação*, Porto: Campo das Letras.
- Ramonet, I. (2011a) 'Autômatos da informação'. *Le Monde Diplomatique Ed. Bras.*, 4 de março de 2011. <http://diplomatique.uol.com.br/artigo.php?id=904&PHPSESSID=214ebd9b3d5b164f97b1bc741894a117>. Página consultada a 29 de agosto de 2013.
- Ramonet, I. (2011b) *La Explosión del Periodismo: De los Medio de Masas a la Masa de los Medios*, Madrid: Clave Intelectual.
- Rodrigues, M. L. (2002) *Sociologia das Profissões*, Oeiras; Celta Editora.
- Ruellan, D. (1994) 'Les frontières d'une vocation' in Lacan, J., Palmer, M., & Ruellan, D. *Les Journalistes: Stars, scribes et scribouillards*, Paris: Syros 207-272.

Serrano, E. (2007) 'Pensar a regulação dos *media* numa sociedade em mudança', *Comunicação e Sociedade*, 11: 129-133.

Schlesinger, P. (1999) 'Os jornalistas e a sua máquina do tempo' in Traquina, N. (1999) *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"*, Lisboa: Vega Editora, pp. 177-190.

Sindicato dos Jornalistas (2003) 'SJ alerta para degradação da situação dos jornalistas', *Sítio do Sindicato dos Jornalistas*, 15 de julho de 2003. <http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=1262&idCanal=3>. Página consultada a 30 de agosto de 2013.

Sindicato dos Jornalistas (2005) 'SJ reclama protecção dos direitos de autor dos jornalistas', *Sítio do Sindicato dos Jornalistas*, 19 de maio de 2005. <http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=3435&idCanal=488>. Página consultada a 30 de agosto de 2013.

Sindicato dos Jornalistas (2011a) 'Desemprego volta a penalizar em 2010 – Grupos “concentram” 78% dos jornalistas despedidos', s.l., Sindicato dos Jornalistas, n.º 1, 20 de janeiro de 2011.

Sindicato dos Jornalistas (2011b) 'SJ preocupado com situação no jornal “i”', *Sítio do Sindicato dos Jornalistas*, 19 de janeiro de 2008. <http://www.jornalistas.eu/?n=7090>. Página consultada a 30 de agosto de 2013.

Sindicato dos Jornalistas (2011c) 'SJ denuncia contratos espoliadores dos direitos de autor', *Sítio do Sindicato dos Jornalistas*, 19 de janeiro de 2008. <http://www.jornalistas.eu/?n=8728>. Página consultada a 20 de agosto de 2013.

Traquina, N (1988) 'As Notícias', *Jornalismos – Comunicação e Linguagens*, 8: 29-40.

TSF (2004) 'Conselho de Redacção do “Público” demite-se', *TSF*, 2 de junho de 2004, http://www.tsf.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=872356. Página consultada a 31 de agosto de 2013.

Villanueva, E. (2002) *Autorregulación de la Prensa: Una aproximación ético-jurídica a la experiencia comparada*, Santa Fé: Universidad Iberoamericana.

[Este trabalho é enquadrado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) através da bolsa de doutoramento FCT SFRH/BD/87020/2012]